

AREA RESTRITA

Relatório

PL 1193/1995

Autor: JORGE ANDERS - PSDB/ES

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco

modificado em 18/09/2015 às 10:56

reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona

O que é

modificado em 11/09/2015 às 10:38

Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais.

Situação

modificado em 11/09/2015 às 10:38

Mesa Diretora. Aguardando inclusão na Pauta.

18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA).

Nossa Posição

modificado em 18/09/2015 às 10:55

DIVERGENTE

O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar

AREA RESTRITA

as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art.

AREA RESTRITA

195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.

AREA RESTRITA

PL 4389/2004

Autor: Deputado João Campos (PSDB/GO)

Relator: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco

modificado em 18/09/2015 às 11:02

gratuidade no transporte de cadáveres e órgãos humanos

O que é

modificado em 18/09/2015 às 10:53

GRATUIDADE DO TRASLADO INTERESTADUAL DE CADÁVERES OU RESTOS MORTAIS HUMANOS, BEM COMO DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, POR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TRANSPORTE AÉREO.

Situação

modificado em 18/09/2015 às 10:53

Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF. Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Inteiro teor. Aguardando realização de audiência pública.

02/06/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Aprovado requerimento do Sr. Darcísio Perondi que solicita a realização de Audiência Pública para discutir o PL 4389/2004, do dep. João Campos. Retirado de pauta pela Relatora.

Nossa Posição

modificado em 18/09/2015 às 10:53

DIVERGENTE

AREA RESTRITA

O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela gratuidade serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

AREA RESTRITA

PL 2974/2008

Autor: Deputado Lira Maia (DEM-PA)

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco

modificado em 18/09/2015 às 11:05

conceder crédito de franquias de bagagem

O que é

modificado em 18/09/2015 às 11:05

Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquias de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras.

Situação

modificado em 18/09/2015 às 17:33

CD ? Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT e CDC. Projeto pode ser arquivado em definitivo.

Nossa Posição

modificado em 18/09/2015 às 17:33

DIVERGENTE

A possibilidade de a franquias de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens.

AREA RESTRITA

Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de ?créditos? de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobrepeso, pondo em risco a segurança da aeronave.

AREA RESTRITA

PL 4804/2009

Autor: Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA)

Relator: Dep. Giroto (CVT)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco

modificado em 18/09/2015 às 17:36

tabelar preços de tarifas aéreas

O que é

modificado em 18/09/2015 às 17:36

Modifica a Lei nº 11.182, de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares.

Situação

modificado em 18/09/2015 às 17:36

CD/Mesa Diretora, em 28/03/12: PL transferido para o Plenário. A CVT rejeitou o Projeto, nos termos do parecer do relator, Deputado Giroto.

Nossa Posição

modificado em 18/09/2015 às 17:36

DIVERGENTE

O PL objetiva restringir a liberdade tarifária assegurada no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, nos termos abaixo:

?Art. 49. Prevalecerá o regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares em linhas exploradas por mais de um concessionário ou permissionário, cabendo-lhes, nesse caso, determinar suas próprias tarifas, comunicando-as à ANAC na forma e no prazo que a Agência definir.

AREA RESTRITA

§ 1º Nas linhas aéreas exploradas por apenas um concessionário ou permissionário, a prestação de serviços regulares estará sujeita às regras tarifárias que a ANAC lhe impuser, no intuito de evitar preços abusivos.?

A liberdade tarifária em conjunto com a liberdade de exploração de qualquer linha aérea constitui instrumento fundamental para o desenvolvimento do transporte aéreo. A proposição legislativa gera um modelo híbrido, em que a maior parte das linhas hoje exploradas se sujeitaria a restrições impostas pelo órgão regulador, sobretudo em linhas aéreas regionais. A proposta impacta a eficiência econômica e prejudica a competitividade das empresas, podendo resultar em abandono de rotas de menor tráfego. Além disto, a proposta implicaria em aumento do custo regulatório da ANAC e insegurança jurídica às companhias aéreas, que poderiam vir a ter seus preços tabelados, repisando o mesmo modelo que levou à falência, simultaneamente e num curto período de tempo, as empresas que compunham os Grupos VARIG, VASP e TRANSBASIL.

O êxito do modelo tarifário atual, levou à redução dos preços médios das passagens aéreas em de 50% nos últimos anos, enquanto a quantidade de passageiros transportados mais que dobrou no mesmo período, demonstrando que a adoção do regime de liberdade tarifária combinado com o regime de

AREA RESTRITA

liberdade de exploração de qualquer linha aérea aumentou a eficiência do mercado e propiciou maior concorrência entre as empresas aéreas.

A proposição se convertida em lei implicará em greve retrocesso, com prejuízo, sobretudo, para os consumidores.

AREA RESTRITA